



# ESTUDO DE CASO: CURSINHO POPULAR “REPÚBLICA PRÉ-UNIVERSITÁRIA” E A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA PANDÊMICA (2020 – 2021)

Yuri Caetano do Carmo<sup>1</sup>  
Gabriela Aparecida Riffel<sup>2</sup>

## RESUMO

Iniciando-se em março de 2020, os *lockdowns* causados pela pandemia de SARS-CoV-19 foram impactantes em vários setores da vida humana. Contudo, na educação, principalmente no Brasil, a pandemia foi responsável por destacar diversos elementos da desigualdade social e mostrar como as condições de vida das classes populares são responsáveis por determinar as suas experiências no dia-a-dia. No estado da Bahia, o período de ensino não-presencial foi marcado por uma série de falhas e um cenário de verdadeiro desamparo aos estudantes da rede pública, que passaram o período de um ano sem nenhum tipo de ação efetiva de reparação de danos educacionais. Com a manutenção da data do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o posicionamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) de manter o exame neste ano, os estudantes concluintes da rede pública do estado foram postos em uma posição de total incerteza mediante a falta de acompanhamento e preparação, colocados em condições de desnível de aprendizagem com aqueles que nunca pararam de ter suas atividades letivas em funcionamento. Nesse contexto emergem cursinhos populares remotos em todo país que, durante o período da pandemia, foram fonte única de estudo para muitos. Este trabalho visa realizar um estudo de caso sobre o pré-vestibular popular “República Pré-Universitária”, criado por estudantes universitários da Bahia que, através de uma perspectiva de base freiriana, realizou a preparação de cerca de 20 estudantes de redes públicas de ensino para o ENEM 2020 conseguindo, ao final de seus trabalhos, auxiliar na entrada ou aprovação de alguns destes em instituições de ensino superior de todo o país. Também é interesse deste trabalho investigar as abordagens que diferenciaram esta experiência de outras, assim como versar brevemente sobre a educação pública na Bahia durante o período pandêmico, refletindo a partir de autores como Boaventura Santos e outros.

**Palavras-chave:** Educação Popular, Educação à Distância, Bahia, Educação Pública, Metodologia do Ensino.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (UEFS), contato.yuricaetano@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (UEFS), contato.gabrielariffel@gmail.com;

## 1. INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

A pandemia corrente de SARS-CoV-19 (novo coronavírus ou COVID-19) impactou enormemente a vida da população mundial, causando mudanças inéditas à esta geração, que logo se viu obrigada a permanecer trancada dentro de suas casas e com suas possibilidades de mobilidade reduzidas, em um grande esforço para conter o avanço da doença que em seus momentos iniciais, do final de dezembro de 2019 até março de 2020, já havia alcançado diversos países do globo terrestre, fazendo com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevasse a contaminação da doença ao grau de pandemia<sup>3</sup>.

Ainda com sua disseminação catalogada como epidêmica, em 26 de fevereiro o vírus no Brasil<sup>4</sup> provocou diversos debates sobre a capacidade do sistema público de saúde - na figura do Sistema Único de Saúde (SUS) - sustentar a forte pressão que as internações em decorrência da infecção com a doença causariam. Tornou-se uma questão de tempo e política até que o país fosse colocado sobre as regras mais estritas, algo que fora atrasado e conseqüentemente trouxe fortes impactos na vida e na sobrevivência da população brasileira.

Dentro desses debates um elemento que apareceu fortemente foi a discussão sobre a educação, uma vez que as escolas eram vistas como um possível vetor de contaminação entre a população mais jovem, evidenciando que seria necessário que ações efetivas fossem realizadas a fim de barrar o espalhamento da doença nas instituições de ensino do país.

Um dos primeiros estados da federação a tomar atitudes acerca da disseminação da doença foi a Bahia - quarto a confirmar casos de COVID-19 no Brasil<sup>5</sup> - onde o governo estadual, logo após a confirmação de seus primeiros casos da doença em março de 2020, editou um decreto onde tratava de várias medidas de combate a enfermidade<sup>6</sup>, dentre elas a suspensão<sup>7</sup> - em conjunto a festividades e demais eventos que aglomeraram mais de 50 pessoas - de todas “as atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros;”(GOVERNO DO ESTADO, 2020, p. 03).

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Ministério%20da%20Saúde%20confirmou,para%20Itália%2C%20região%20da%20Lombardia.>

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/06/secretaria-de-saude-confirma-1o-caso-de-coronavirus-na-bahia.ghtml>

<sup>6</sup> Vale dizer que o decreto referido inicialmente só previa as medidas em três cidades do estado da Bahia: Porto Seguro, Salvador e Feira de Santana. Estas cidades já possuíam casos do até então novo coronavírus confirmados na ocasião do decreto estadual.

<sup>7</sup> Durante o período de 30 dias, prazo este que foi aumentado em reedições do Decreto Estadual 19.529.

O Decreto Estadual 19.529 talvez seja interpretado mais tardiamente como um marco na educação pública na Bahia, uma vez que a sua publicação fora visto como um “mal necessário” para o momento e a crença geral era de que rapidamente as medidas apresentadas sobre as atividades letivas seriam suspensas, o que não se confirmou na prática, tendo em vista que a epidemia se espalhou e a ausência de atividades letivas se perdurou durante quase 2 anos no estado.

É importante mencionar que pelo menos no ano inicial da suspensão das atividades letivas na rede pública de ensino, pouco ou quase nada foi realizado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) para que os estudantes obtivessem acesso efetivo a qualquer tipo de educação. A situação no primeiro ano de pandemia era de grande abandono da população mais pobre.

Tendo em vista a perspectiva que, de certa forma, esta situação foi a realidade em todo o Brasil, surgiram iniciativas de educação popular por todo território nacional. Estas iniciativas foram ainda mais inflamada pela manutenção da realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2020, sofrendo apenas uma alteração de datas para ocorrer em janeiro do ano seguinte, mesmo o estado de pandemia ainda estando em vigor no país. Essa ação do Ministério da Educação (MEC) foi enxergada por muitas entidades de movimentos sociais<sup>8</sup> e do movimento estudantil como excludente e incorreta, causando uma onda de revolta virtual sob a *hashtag* “#ADIAENEM”. Conforme analisam Barbosa e Cunha (2020):

A viabilidade dessa ação se depara com questões básicas para sua implementação, como o acesso a uma rede de internet e computadores. Para além disso, esbarra-se em uma profunda desigualdade social que já determinava que teria direito à educação de qualidade. [...] Essa é uma realidade que mostra o distanciamento entre as classes menos privilegiadas e as abastadas econômica e socialmente. Reafirmando esse problema, por sua vez, o privilégio de morar em uma região na qual as necessidades fundamentais, para a manutenção de uma vida de qualidade, em que grande parte desses serviços são públicos e garantidos pelo governo, não é de posse das classes pobres, que mais necessitam desses serviços públicos. O direito a esses serviços é geralmente exclusivo do centro das cidades e estados, onde os mais abastados vivem, e não são garantidos à periferia. Portanto, a partir dessa perspectiva, é possível inferir que é contraditório esperar um ambiente que ofereça condições que favoreçam os estudos e aprendizagem, sendo que nem os serviços fundamentais são garantidos. (BARBOSA; CUNHA, 2020, p. 34)

Nesse sentido, o presente artigo pretende investigar o impacto de uma dessas iniciativas de educação popular surgidas durante a pandemia de COVID-19 para o auxílio de

---

<sup>8</sup> Para limitar-se em um exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra publicou em seu portal oficial um artigo em que, dentre muitas outras coisas, dizia: “A manutenção das provas aumentará as injustiças sociais, provocando um aprofundamento do abismo social que já estamos vivendo na sociedade brasileira, aumento das desigualdades e a negação da classe trabalhadora ao ensino superior.” (MST, 2021, p. 1)

estudantes pertences à esta "classe mais pobre" (BARBOSA; CUNHA, 2020, p. 34) e como que estes projetos sociais influenciaram na vida dos estudantes por onde passaram, tendo como o objeto de análise uma dessas iniciativas educacionais organizada por estudantes do interior do estado da Bahia e que foi sustentada por 2 anos de forma completamente voluntária e gratuita para todos aqueles que precisaram de apoio para estudar em um contexto onde o Estado evidentemente falhou em minimamente ofertar o que a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais chama de "dever da família e do Estado" (BRASIL, 1996, p. 8) e que é "um produto dos processos sociais levados adiante pelos segmentos da classe trabalhadora" (CURY, 2002, 253)

Isto será feito através da análise de uma iniciativa desta organizada no estado da Bahia e orienta esta análise a percepção de que, como Boaventura de Sousa Santos (2020) reflete ao analisar as primeiras lições que o vírus ensinou sobre a educação no Brasil:

Enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro. Em particular, a sua versão actualmente vigente – o neoliberalismo combinado com o domínio do capital financeiro – está social e politicamente desacreditada em face da tragédia a que conduziu a sociedade global e cujas consequências são mais evidentes do que nunca neste momento de crise humanitária global. (SANTOS, 2020, p. 24)

Antes da análise, porém, faz-se necessário contextualizar o projeto de educação popular que será o objeto.

### **1.1. PROJETO "REPÚBLICA PRÉ-UNIVERSITÁRIA"**

Enquanto estudantes das séries finais do Ensino Médio das escolas públicas do estado da Bahia se encontravam sem resposta sobre suas situações enquanto concorrentes em um vestibular que sempre foi excludente, mas que agora tinha de vez assumido essa posição, os estudantes que ingressaram nas universidades públicas durante o período pandêmico estavam, muitas vezes, sem um posicionamento oficial sobre quando começaram a cursar seus semestres letivos e como cumpririam com suas atividades letivas em um contexto tão atípico.

Um grupo de estudantes provenientes da Universidade Estadual de Feira de Santana que já estava preocupado com sua situação enquanto alunos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) acabaram ganhando uma nova preocupação: testemunhar estudantes que, há pouco tempo atrás eram eles, desesperados com o seu futuro em tempos tão temerários. Com essas problemáticas, esse grupo de estudantes resolveu pensar em uma maneira de auxiliar estudantes de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade social com os estudos para o ENEM e vestibulares.

Partindo desse objetivo inicial, foi formulado um projeto onde seriam promovidas aulas remotas, produção de material de estudo, realização de eventos voltados a temática

universitária e tudo que pudesse servir de auxílio para estudantes concluintes que buscavam uma vaga nas IES. Com essas ideias em mente, o grupo de estudantes tinha a intenção de democratizar o ensino para aqueles que se interessassem e precisassem desse reforço em seus estudos, promover uma vivência que lembrasse a uma sala de aula física porém nos meios virtuais que o momento possibilita e, acima de tudo, acalmar os corações daqueles estudantes que precisavam de um meio de ensino para se preparar para o vestibular. Também intencionavam a fuga dos modelos tradicionais de curso pré-vestibular, entendendo que muitos desses oferecem algo que Freire (1987) conceituou como “educação bancária” a definindo e a problematizando em Pedagogia do Oprimido como uma modalidade de:

educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p. 37 - 38)

Nessa perspectiva, a “República Pré-Universitária”, como ficou nomeado o projeto do grupo de estudantes, reuniu pessoas de diversos cantos do país e graus de formação acadêmica para que, voluntariamente, exercessem o cargo de “professor-monitor” nas atividades do projeto. O quadro compositor do projeto nos dois anos em que esteve ativo demonstra que as atividades que nele aconteciam eram embasadas e construídas por pessoas competentes:

**Tabela 01** - Quadro de grau de formação dos professores-monitores da República Pré-Universitária em 2020

<b>Quadro de formação dos professores-monitores do projeto “República Pré-Universitária” em 2020 e 2021</b>		
<b>Grau de Formação</b>	<b>Número de professores-monitores em 2020</b>	<b>Número de professores-monitores em 2021</b>
Graduação em curso de Ensino Superior (em andamento)	9	14
Graduação em curso de	2	1

Ensino Superior (concluída)		
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (em andamento)	1	0
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (concluída)	0	1
Outros tipos de formação	2	0

**Fonte:** Arquivos do projeto “República Pré-Universitária”

Com o quadro de professores-monitores de aula formado, delimitou-se também que as aulas aconteceriam no turno noturno, para oportunizar aqueles alunos que trabalhavam durante o turno diurno e por ser um horário que maior se encaixaria nas possibilidades materiais do público alvo e do corpo proponente. As aulas se iniciavam às 18:30 (dezoito horas e trinta minutos) e se estenderam até às 22:00 (vinte e duas horas), ofertando uma carga horária semanal de 17 horas, com a possibilidade de sábados letivos e até atividades de simulado em eventuais domingos. No primeiro ano de realização do projeto, ficou estabelecido que o período letivo se iniciaria no dia 22 de junho de 2020 e se encerraria em 15 (quinze) de dezembro do mesmo ano. Já no segundo e último ano de realização do projeto, o período letivo iniciou-se no dia 05 de julho de 2021 e findou-se em 26 de novembro de 2021.

As atividades do projeto foram pensadas para promover a todo tempo a mediação dos saberes dos estudantes com o que tinham para ensinar os professores-monitores. Além disso, a interação dos estudantes consigo mesmo era extremamente valorizada durante as atividades da iniciativa, entendendo que aquele também era um momento em que o estabelecimento de redes de comunicação era basilar para o cuidado psicológico de todos os sujeitos envolvidos.

Ao longo dos dois anos em que esteve ativo, o projeto utilizou diversas ferramentas digitais, desde aqueles que possibilitaram a realização dos encontros diários até aqueles que permitiam a integração dos alunos matriculados no cursinho<sup>9</sup>, foram elas:

**Tabela 03 - Ferramentas digitais fixas usadas pelo cursinho “República Pré-Universitária**

Ferramentas digitais fixas usadas pelo cursinho “República Pré-Universitária	
Nome da ferramenta	Objetivo do uso

<sup>9</sup> Vale citar que esta integração se fazia necessária, uma vez que o corpo de estudantes matriculados no curso era extremamente plural em diversos aspectos, mas em especial na localização geográfica, tendo estudantes de diversas regiões do estado da Bahia e até mesmo do país.

<i>Google Classroom</i>	Plataforma da Google para criação de turmas virtuais e que, para o projeto, funcionaria como uma espécie de prédio virtual da instituição
<i>Google Meet</i>	Plataforma da Google para realização de reuniões com chamada de vídeo virtual e que, para o projeto, funcionaria como uma espécie de sala de aula virtual.
<i>Google Forms</i>	Plataforma da Google para a criação de formulários e testes e que, para o projeto, funcionaria como meio de testagem e aplicação de atividades, também podendo ser utilizada para a realização de simulados.
<i>Discord</i>	Meio de comunicação informal e formal utilizado pelos alunos. Seria criado um servidor (grupo) na plataforma onde se encontrariam canais tanto para o diálogo entre os alunos, promovendo o sentimento de turma e o envolvimento deles, tanto canais para tiragem de dúvidas rápidas, promovendo o contato mais direto entre aluno e professor-monitor.

**Fonte:** Arquivos do projeto “República Pré-Universitária”

Para encerrar a contextualização do projeto, é importante citar que o mesmo atendeu cerca de 80 pessoas<sup>10</sup> em seus dois anos de funcionamento, sempre de forma gratuita e buscando promover a educação dentro de um *motto* estabelecido por seus organizadores: “**A luta pela educação é uma luta que cabe a todos nós**”. Além disso, o projeto foi a porta de entrada para muitos dos professores-monitores na atividade docente e que essa introdução foi feita mediante altas jornadas de formação destes como agentes transformadores da sociedade, tendo a coordenação do projeto promovido estas formações orientadas pelos princípios de que “A vida social é essencialmente *prática*” (MARX, 1982, p. 1) e que para além da interpretação e indignação com o cenário do mundo no momento, era preciso agir para “*transformá-lo.*” (MARX, 1982, p. 1).

<sup>10</sup> Em sua grande maioria estudantes provenientes de escolas das redes públicas de ensino, além de muitos deles se identificarem como pessoas negras e/ou de classe média.

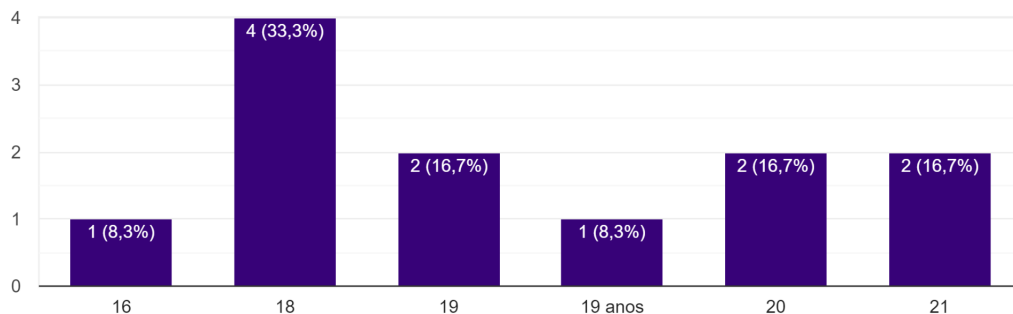
## 2. METODOLOGIA

Para alcançar os resultados e respostas sobre a problematização utilizada neste trabalho se fez necessário uma pesquisa descritiva. Realizou-se uma revisão bibliográfica a partir de textos, principalmente, de Marx (1982) e Freire(1987) para compreender mais a fundo a importância de enxergar os professores-monitores como agentes transformadores da sociedade e de entender como o funcionamento da relação entre educação e agentes externos interfere diretamente na formação do aluno. Visando um maior entendimento das causas que levaram à construção do cursinho “República Pré-Universitária”, foi feito um levantamento documental observando e analisando alguns decretos do Governo do Estado da Bahia e notícias sobre o histórico da pandemia de COVID-19. Por fim, foi realizada uma pesquisa por amostragem com 12 ex-alunos do cursinho buscando os resultados do nosso trabalho na vida dos estudantes.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

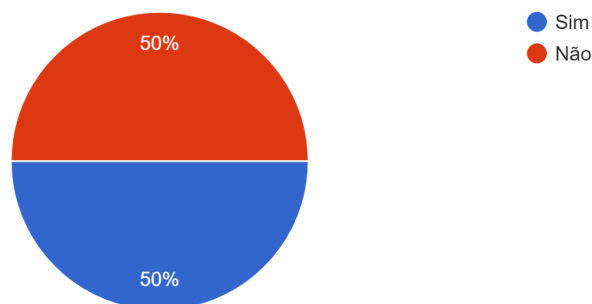
Os resultados colhidos através da amostragem foram os seguintes:

**Gráfico 01** - Aluno da República Pré-Universitária por Idade.



**Fonte:** Dados coletados via Formulário Online

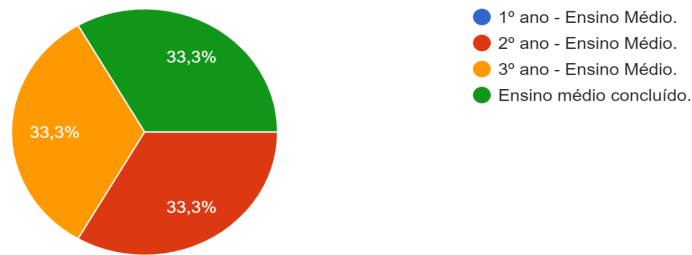
**Gráfico 02** - Respostas à pergunta: “Está matriculado em uma universidade atualmente?”



**Fonte:** Dados coletados via Formulário Online

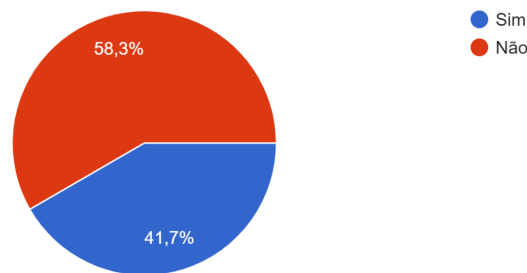
**Gráfico 04** - Série escolar em que os alunos do projeto se encontravam quando frequentaram as aulas





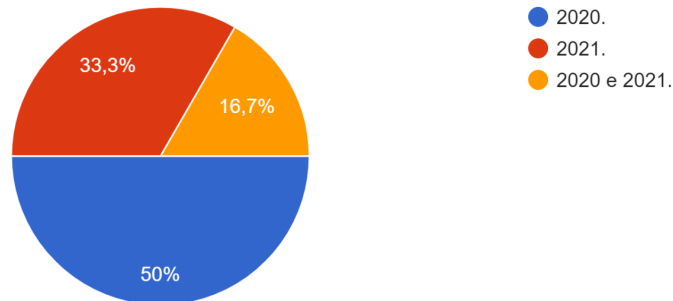
**Fonte:** Dados coletados via Formulário Online

**Gráfico 05** - Respostas à pergunta: "Estava tendo aula online durante o período do curso?"



**Fonte:** Dados coletados via Formulário Online

**Gráfico 05** - Respostas à pergunta: "Em qual ano participou da República Pré-Universitária?"



**Fonte:** Dados coletados via Formulário Online

Universidades em que os estudantes foram aprovados: Direito (UNIP), Administração (Unifacs) Pedagogia (UNEB), Ciências Sociais (UFBA), Fisioterapia (Pitágoras e Unifan), Ciências Biológicas (UFPR), Letras (UEPB), entre outros.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os dados expostos sobre a efetividade do projeto República Pré-Universitária, percebemos que há muito ainda o que se tratar sobre a educação pública na Bahia e no Brasil, especialmente refletindo sobre as lições que a pandemia ministrou a respeito desta questão.

Também é relevante que entendamos a relevância de ações do Estado para a proteção e prepotência desses projetos sociais que buscando auxiliar a formação e a inserção de membros da classe trabalhadora e seus filhos nas universidades públicas, um debate que muito

se é ignorado nas esferas pública, o que demonstra uma falta de comprometimento do Estado brasileiro com estas pessoas que compõem a enorme massa popular no país.

A importância deste debate mora no desmanche do projeto no ano de 2022 por falta de condições materiais de seus organizadores em o manter, tendo em vista que o enfraquecimento da pandemia fez com que boa parte das atividades da vida cotidiana fossem retomadas e faltasse possibilidades financeiras e organizativas para que o projeto se mantivesse de pé. Entendemos que esta com certeza foi uma perda para a complementação da educação pública no estado da Bahia e que é um processo que aconteceu com diversas outras iniciativas de educação popular em todo o território nacional.

Também se faz muito relevante compreender que durante o ano de 2020 o projeto foi a única fonte de estudo de estudantes concluintes que foram submetidos à um ENEM para o qual eles não tiveram nenhum apoio letivo efetivo do Estado para fazer, de modo que seriam colocados em uma situação de evidente desnível de aprendizagem enorme frente a estudantes da rede privada<sup>11</sup> caso não possuíssem as atividades do projeto República Pré-Universitária.

Os relatos dos ex-estudantes do projeto também demonstram a importância de um fazer educacional que perceba a relevância dos sujeitos envolvidos estarem todos integrados e entenderem o objetivo maior da educação: a emancipação do ser. É relevante compreender que o momento em que os encontros aconteceram se encontram em um dos mais frágeis espaços de tempo que o ser humano contemporâneo já se encontrou e que o fazer a educação só se completou pois havia também o fazer destas pessoas enquanto sujeitos coletivos e ativos, independente da posição que estavam ocupando naqueles momentos. Essa orientação foi relevante para que os propósitos iniciais de criar uma sala de aula virtual que remontasse o ambiente de escola real foi, no nosso entendimento, essencial para a manutenção da saúde mental de professores-monitores e estudantes envolvidos no projeto.

Por fim, evidencia-se novamente que o atual modelo de sociedade atravessado pelo neoliberalismo, instrumento atual do capitalismo, se encontra em um processo de crise constante, justamente por promover uma estrutura social em que há uma posição de indivíduos em desigualdade uns com os outros, tendo esta cruel estrutura influencia direta no acesso à educação. Enquanto houver a manutenção deste sistema, iniciativas como essas se farão necessárias como meio de contra-atacar e de oferecer uma resposta solidária à classe trabalhadora e aos seus filhos, sempre entendendo que a educação é um instrumento

---

<sup>11</sup> Uma vez que muitos deles não tiveram um hiato de tempo de estudo como os estudantes das redes públicas de ensino.



importante da transformação do mundo que se deve atingir para a igualdade dos seres ser uma realidade. Faz-se bem refletirmos sobre como todos os fatores que levaram a existência do projeto “República Pré-Universitária” tem relação direta com a falha da atual organização socioeconômica de promover justiça social e equidade para todas as pessoas, algo que, no Brasil atual, é ainda mais impulsionado por ataques governamentais à educação e a população mais pobre, sobrando para estes sujeito a organização e o solidarismo como formas de resistência e subversão às lógicas que o excluem dia após dia.

### **AGRADECIMENTOS**

Faz-se justo agradecer especialmente a todos aqueles que passaram pelo projeto “República Pré-Universitária”, desde os estudantes até aqueles que promoveram palestras e eventos no projeto como o prof<sup>o</sup> Hélio Santos, uma enorme referência na luta do combate ao racismo e em defesa das cotas raciais nas universidades.

Agradecemos também ao professor-monitor e também coordenador do projeto: Gabriel Ferreira. Sem o apoio de Gabriel talvez este projeto não se concretizasse como se concretizou. Aos professores-monitores dos dois anos da “República Pré-Universitária”: Marcos Santos, Gabriel Tenório, Thiago Emanuel, Juliana Queiroz, Bruno Oliveira, Diego Duncan, Carlos Borges, Tayrone Oliveira, Rodrigo Costa, Samuel Oliveira, Laíse Emília, Eloá Vaz, Adriellen Aragão, Alessandro Bastos, Ramsés Sampaio, Ihan Pedro, Alberto Neves, Liliane Vieira, Enzo Gonçalves, Thiago Plácido e Raila Rios, nosso maior agradecimento por tudo que construíram conosco e por todos os ensinamentos trocados. Vocês transformaram a vida de cada um que passou pelo projeto!

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Otávio L.; CUNHA, Paulo G. M. Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação. **Revista PET de Economia da UFES**, Vitória, ES, v. 1, p. 33 - 36, 1 jul. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31745/21186>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB)**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf). Acesso em 09/06/2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 245-262, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987. 187 p.

GOVERNO DO ESTADO (BA). Governador do Estado da Bahia. Regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Decreto No 19.529. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, BA: EGBA, ano CIV, n. 22.861, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9687#/p:1/e:9687>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Moscovo: Edições Progresso Lisboa, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MST. Manutenção do Enem 2020 amplia desigualdades no acesso às universidades públicas. In: MST. **Site do MST**. [S. l.], 14 jan. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/01/14/manutencao-do-enem-2020-amplia-desigualdades-no-acesso-as-universidades-publicas/#:~:text=A%20manutenção%20das%20provas%20aumentará,classe%20trabalhadora%20ao%20ensino%20superior>. Acesso em: 20 set. 2022.